

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2014



## **Direcção**

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa – Presidente

António Sarmiento Gomes Mota – Vice-Presidente

Manuel Maria Simões Nunes Agria – Vice-Presidente Executivo

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Vogal

Álvaro José Barrigas do Nascimento – Vogal

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros - Vogal

Pedro Canastra de Azevedo Maia – Vogal

## **Mesa da Assembleia Geral**

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

José Henrique Bastos C. Costa Pinto – Secretário

## **Conselho Fiscal**

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente (ROC)

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vice-Presidente

Paulo Fernando Pinheiro Bandeira – Vogal

## Conselho Geral

João Calvão da Silva (Presidente)

Alberto João Coraceiro de Castro

Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale

Banco BIC Português, S.A.

Banco Comercial Português, S.A.

Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

CTT - Correios de Portugal, S.A.

EDP – Energias de Portugal, S.A.

EDP Renováveis, S.A.

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Francisco Luís Murteira Nabo

Galp Energia, S.A.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Maria Luísa Antas

NOS, SGPS, S.A.

Novabase, SGPS, S.A.

Nuno Ricardo Gaioso Jorge Ribeiro

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direcção submete à apreciação de V. Ex.as o Relatório das Actividades realizadas pelo IPCG – Instituto Português de Corporate Governance no exercício de 2014, bem assim como as Contas relativas ao mesmo período.

## 1. Relatório das Actividades de 2014

Concluído o segundo exercício do mandato conferido a esta Direcção, cumpre-se, agora, o dever estatutário de destacar os aspectos mais salientes da actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2014. E, para que a avaliação que cabe a V. Ex.as fazer possa ser melhor fundamentada, essa inventariação vai ter por matriz de referência o Programa de Actividades traçado e divulgado em Novembro de 2013 e a cuja execução esta Direcção se comprometeu perante os associados do IPCG. Assim sendo, as diferentes iniciativas levadas a cabo serão apresentadas segundo uma sistematização enquadrada com os objectivos e metas ali enunciados e que, por memória, de seguida se transcrevem:

- As boas práticas do governo societário;
- Normas e recomendações sobre *corporate governance*;
- Difusão do conhecimento sobre o governo das sociedades;
- Reforço da imagem do IPCG;
- Melhoria da eficiência operativa.

Uma nota introdutória apenas para sublinhar que as questões tratadas respeitam também, ou a iniciativas iniciadas em exercícios anteriores e que neste tiveram continuidade, ou a matérias que, não obstante devessem ter sido objecto de aprofundamento, por motivos que igualmente se apontam, não foi possível iniciar em 2014.

### 1.1. As boas práticas do governo societário

Acontecimentos recentes ocorridos no seio de alguns grupos económicos vieram comprovar a convicção crescentemente generalizada de que as disfunções de que padece a economia portuguesa têm, em alguma medida, a sua origem no não acolhimento de boas práticas no governo societário ou,

ainda mais grave, no incumprimento de modelos que, conceptualmente imaculados, se apura que não são cumpridos por quem tem a seu cargo a gestão e a fiscalização das sociedades. Estes fenómenos têm criado no público, em geral, e nos agentes económicos, em particular, um clima de alguma desconfiança, caindo-se, muitas vezes, na tentação de culpar o *corporate governance* de todos os males a que vimos assistindo. Por outro lado, as próprias entidades reguladoras têm manifestado alguma preocupação pelo que classificam de insuficiência de instrumentos normativos para debelar convenientemente as questões identificadas, desenhando-se já iniciativas legais destinadas a colmatar as falhas detectadas. Este mesmo entendimento parece ser perfilhado pelas organizações internacionais que têm responsabilidades nestas matérias, com destaque para a OCDE e a União Europeia, as quais, sem nunca acusarem os regulamentos vigentes de serem a causa dos problemas que afectaram a partir de 2008 a economia mundial, invocam o princípio da prudência para revisitarem os respectivos normativos e darem início a procedimentos de actualização dos seus conteúdos.

É neste quadro que o IPCG, como centro de reflexão por excelência do *corporate governance*, assume as suas tarefas e responsabilidades, no âmbito do seu objecto de investigação e divulgação das boas práticas de governo societário, sendo que o campo para aplicar o conhecimento acumulado é vasto e fonte para a tomada de iniciativas que possam redundar na melhoria do clima global vigente.

Nestes termos, foram aprovadas algumas acções de que se destacam:

- Acompanhamento, através da criação de um Grupo de Trabalho específico para se ocupar destas questões, dos trabalhos de revisão dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades e do desenvolvimento do Plano de Acção da Comissão Europeia sobre o Direito das Sociedades e o Governo Societário, com especial incidência sobre alguns documentos preliminares contendo orientações para o futuro próximo e, também, sobre recomendações sobre a qualidade da informação relativa à governação das sociedades;
- Prosseguimento do debate interno sobre a certificação de membros dos órgãos de administração e fiscalização, fundado na criação de um mecanismo que privilegie o mérito e a competência nos processos de nomeação, com auscultação aos membros do Conselho Geral e da Comissão Consultiva do IPCG e recolha de pareceres e pontos de vista sobre uma matéria que se revelou, à partida, controversa;
- Participação, através de contactos personalizados com o titular da pasta



do Governo responsável, no desenho do modelo de governo do futuro Instituto Financeiro de Desenvolvimento, processo que compreendeu troca de documentação e apresentação de pontos de vista por ambas as partes.

## 1.2. Normas e recomendações sobre *corporate governance*

Do elenco das competências do IPCG, estatutariamente consagradas, ressalta, como questão central, a reflexão e aprofundamento de matérias relativas à consagração das boas práticas no governo societário. A crescente notoriedade que ao *corporate governance* vem sendo conferida como factor decisivo na correcção de boa parte das disfunções que estão na origem dos problemas com que as economias modernas se veem confrontadas, exige um esforço suplementar no sentido de se criarem as condições para uma maior adesão por parte das sociedades, em geral, aos princípios do bom governo. Não apenas das organizações emitentes em mercado regulado, mas, também, de todo o universo que, qualquer que seja o sector de actividade que acolheu, a origem dos capitais que as financiam ou a dimensão, perfilha os valores da transparência e das boas práticas na sua gestão.

É neste contexto que o IPCG identificou, como objectivo prioritário da sua actividade, a disponibilização de um Código de Governo das Sociedades fundado no princípio da autorregulação que possa ser por estas adoptado numa perspectiva de criação de valor para a organização e para os seus accionistas. Não se tem configurado como tarefa fácil atingir este objectivo, não obstante as múltiplas iniciativas que ao longo do ano foram sendo realizadas com o propósito de fazer passar esta mensagem e conseguir a adesão aos princípios nele consagrados. De facto, multiplicaram-se em 2014 os contactos com as diversas partes interessadas, concretamente a CMVM e a AEM, tendo em vista o cabal esclarecimento de todas as questões que o processo forçosamente teria que levantar, com um espírito de total abertura e flexibilidade para acolher sugestões de melhoria em pontos que os diversos interesses envolvidos exigiam consenso. Enquadram-se nesta postura as reuniões com o regulador tendo como pano de fundo o aprofundamento de matérias que este entende deverem ficar melhor explicitadas no nosso Código, como sejam o tratamento a conferir aos negócios entre partes relacionadas ou a disciplina a que devem obedecer os auditores externos. Como, também, as múltiplas sessões de trabalho com a organização de

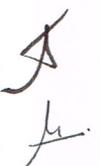
classe que representa as sociedades emitentes, com quem foi inclusivamente celebrado um acordo visando criar um modelo de cooperação para estudo conjunto das melhores soluções a perfilhar. Com a AEM, foi ainda esboçado um protocolo que integrava também a Universidade Católica de Lisboa tendo por objecto o desenvolvimento de um modelo de monitorização adaptado à realidade vigente que, numa primeira fase, contemplava a coexistência dos dois Códigos de Governo e, numa fase subsequente, apenas o Código do IPCG.

Mas não se resumiram a estas duas entidades os contactos realizados. Procurou esta Direcção a sensibilização directa das sociedades mais representativas e, neste sentido, foram promovidos diversos encontros para recolha de sensibilidades e tentativa de acerto de um calendário para a adesão. Mereceram, igualmente, atenção especial as instituições financeiras e, neste sentido, realizou-se uma sessão com a Associação Portuguesa de Bancos especificamente para apresentação do Código do IPCG.

Não é sem alguma frustração que temos que reconhecer que, mau-grado todo o esforço desenvolvido, não foi ainda possível concretizar os objectivos a que o Instituto se tinha proposto.

Foram diversas as razões invocadas por parte das sociedades emitentes para protelarem a decisão quanto à questão da sua adesão ao Código, mesmo num contexto em que, reiteradamente, a própria CMVM vinha anunciando a sua deliberação de, em prazo curto, deixar cair o seu próprio Código. Nestes termos e com o propósito de reequacionar toda esta problemática, o IPCG reuniu o seu Conselho Geral que deliberou pelo prosseguimento do processo, sem, contudo, deixar como orientação que o mesmo não se poderia arrastar indefinidamente e fixando, deste modo, uma data limite para a sua conclusão, o que implicaria o seu abandono caso se mantivesse a situação de impasse que estava criada. Essa data coincidirá com o final do próximo semestre de 2015.

Sendo certo que o Código de Governo do IPCG constitui, pela sua relevância para o futuro do Instituto, o foco central da atenção desta Direcção, não se confinou a este processo a actividade desenvolvida em prol do aprofundamento de outros normativos relacionados com o governo societário. Em paralelo, prosseguiram ou deu-se início, ao longo do exercício, ao aprofundamento de outras matérias que estiveram a cargo de diferentes grupos de trabalho especialmente constituídos para se ocuparem de diversas tarefas conexas com o governo societário, aplicáveis a outro tipo de destinatários, a saber:



- Recomendações para empresas e grupos empresariais familiares: fundada na convicção do peso que, no conjunto da economia, as sociedades de cariz familiar detêm, foi produzido um documento elencando princípios e recomendações que lhes são aplicáveis e que constituem um complemento ao Código de Governo do IPCG, no pressuposto de que a sua eventual adesão seja considerada, pelas próprias, um instrumento de valorização externa;
- Sector público empresarial e empresarial local: foi dada continuidade ao trabalho em curso, agora já sobre um documento da autoria do coordenador do Grupo de Trabalho e em que sugerem diversas soluções aplicáveis a este tipo de sociedades;
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: na sequência da conferência organizada em finais de 2013, foi criado um Grupo de Trabalho para aprofundar o tema e equacionar a hipótese de introduzir no Código de Governo recomendações que contemplem estas matérias de âmbito inquestionavelmente transversal a toda a actividade empresarial;
- Diversidade de género: o IPCG mantém esta questão na linha das suas prioridades, muito embora reconheça que a vastidão do tema tem constituído um obstáculo para o objectivo de atingir uma posição final de consenso sobre a metodologia a observar neste domínio;
- Revisão dos Princípios OCDE sobre o Governo das Sociedades: com o propósito de se ocupar do acompanhamento desta tarefa a que a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico se comprometeu, o IPCG manteve-se atento à evolução do processo, tendo analisado os documentos de trabalho disponibilizados e prestado à CMVM o apoio por esta solicitado; a mesma atenção foi dispensada aos trabalhos que, por iniciativa da Comissão Europeia, estão a ser por esta desenvolvidos, integrados no Plano de Acção sobre o Direito das Sociedades e o Governo Societário;
- Governo Societário de Sistemas de Informação: trata-se de uma área do *corporate governance* que tem vindo a ganhar crescente interesse e, neste sentido, o IPCG reuniu num grupo de trabalho especificamente constituído para se ocupar destas matérias reconhecidos especialistas nos temas em questão a quem foi cometida a missão de preparar um guia de princípios e recomendações para o governo societário de sistemas de informação, o qual deverá, posteriormente, ser debatido internamente no sentido de obter contributos que possam enriquecer o documento produzido.

Complementando esta inventariação de temas que têm vindo a ser aprofundados no âmbito das competências do Instituto e que, nalguns casos, assumem horizontes intertemporais, assume, também, especial relevância o lançamento público, em parceria com a Eslider, a Cases e a SRS Advogados do Código de Governo para as Entidades do Terceiro Sector, contendo um conjunto de orientações, princípios e recomendações visando a modernização e a profissionalização dos modelos de governo das organizações que integram este domínio da actividade económica.

### **1.3. Difusão do conhecimento sobre o governo das sociedades**

O papel do IPCG não deve esgotar-se no aprofundamento das matérias que respeitam às competências que estatutariamente lhe estão cometidas. Cabe-lhe, também, promover a sua divulgação pelos agentes económicos a quem as mesmas reportam, de modo a que se transformem em instrumentos de valorização das boas práticas do governo societário e possam contribuir para a melhoria global do clima económico e social das organizações.

Neste contexto, o Instituto promoveu em 2014 diversas iniciativas, de que se destacam as seguintes:

- Organização, em parceria com a Heidrick & Struggles, de um seminário subordinado ao tema "Corporate Governance: Uma Visão da Realidade" e onde foi passada em revista a realidade portuguesa do governo societário, analisando os pontos de contacto com a situação vigente em outras economias a partir de elementos recolhidos por aquela consultora e apresentados no estudo European Corporate Governance Report;
- Realização de uma Conferência com o título "Corporate Governance em Empresas Familiares" para apresentação e debate das conclusões do Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre esta temática com propostas de princípios e recomendações de boas práticas aplicáveis a empresas e grupos empresariais familiares;
- Organização, em parceria com a Stanton Chase, de uma Conferência com o título "Corporate Governance: Eficácia e Transparência nas Organizações", onde foram abordados os desafios que se colocam às grandes empresas no domínio do governo societário em mercados crescentemente complexos e exigentes;

- Organização, conjuntamente com o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial e a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, de uma Conferência sobre o tema “Responsabilidade Social e Corporate Governance” e que contou com uma intervenção do Professor David Chandler, da Universidade do Colorado, que apresentou o seu livro “Strategic Corporate Social Responsibility”.

Ainda no âmbito da difusão do conhecimento sobre boas práticas no governo societário e na sua qualidade de membros do Conselho Geral do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, o IPCG participou no IX Fórum de Auditoria Interna organizado por este Instituto, proferindo uma intervenção sobre “Governança – Novo Código e Exigências da Função Auditoria” que esteve a cargo do Dr. Paulo Bandeira.

De registar que, mantendo uma prática que já vem de anos anteriores, com crescente aceitação, o IPCG, em parceria com o INDEG/ISCTE Business School, realizou a 4.ª edição do Programa Anual de Desenvolvimento para Administradores não Executivos, com o propósito de oferecer aos participantes uma visão actualizada e integrada das principais exigências que compõem a participação destes membros nos órgãos sociais das empresas onde ocupam cargos de gestão ou fiscalização.

Uma forma de alargar o âmbito do universo dos seus potenciais interlocutores, o IPCG congratula-se com a celebração de um protocolo de colaboração com a Alumni Económicas – Associação de Antigos Alunos do ISEG, visando a promoção, divulgação e realização de iniciativas conjuntas sobre matérias de *corporate governance*. Ainda neste domínio, iniciaram-se conversações para a celebração de um acordo de parceria com On Strategy para desenvolvimento conjunto de estudos na área de economia reputacional.

Finalmente, assinala-se a manutenção da filiação do IPCG no ECGI – European Corporate Governance Institute, organização que representa a nível europeu os institutos e pessoas singulares que desenvolvem actividades no âmbito do *corporate governance*, sendo certo que têm sido mantidos contactos com outras entidades, caso do ecoDa - European Confederation of Directors' Associations, no sentido de potenciarmos estas relações de modo a acrescentarem valor à presença do IPCG nestes fora. Foi, também, com este propósito, que o Instituto iniciou contactos com o Legatum Institute tendo em vista colaborar na elaboração do Prosperity Index em futuras edições.



## 1.4. Reforço da imagem do IPCG

É com viva satisfação que vimos assistindo a um crescente envolvimento do IPCG na discussão dos grandes temas transversais à sociedade portuguesa e à sua comunidade empresarial e a tomar parte, com um leque alargado de parceiros, na avaliação e debate de propostas de solução para questões de política económica. Os inúmeros convites e propostas de colaboração de que o Instituto tem sido destinatário constituem uma prova concludente do prestígio que, nos domínios que privilegia, vamos granjeando. Não se pode, contudo, baixar a guarda, e há que continuar a desenvolver esforços que permitam um reforço da imagem que se pretende que os nossos interlocutores, reais e potenciais, captem do IPCG para garantir que as mensagens transmitidas atinjam o nosso público-alvo.

Dentre as iniciativas que integram o nosso dia-a-dia permitimo-nos destacar:

- A realização, desta vez com o patrocínio da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa e da Câmara de Comércio Portugal-Holanda e, ainda, o apoio institucional da Unilever Jerónimo Martins e da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, da segunda edição do Prémio Damião de Góis de Empreendedorismo Social destinado, como na primeira, a galardoar um projecto que, nesta área, se distinguisse; candidataram-se 20 projectos que mereceram a avaliação de um Júri que foi presidido pela Dr.ª Isabel Jonet e que, no final, premiam o projecto Mundo a Sorrir, atribuído numa sessão presidida pelo Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social;
- A intensificação dos contactos com associações congéneres sediadas em outros países, permitindo-nos, aqui, salientar o honroso convite dirigido ao IPCG para participar como orador no VI Fórum de Economia e Finanças organizado pela Associação Angolana de Bancos e que se realizou em Luanda, nesta edição subordinada ao tema "Governança Corporativa";
- Aproveitando esta deslocação a Angola, o IPCG aceitou o convite da Embaixada de Portugal em Luanda para ser orador numa sessão que organizou para debate da problemática do governo das sociedades familiares e que contou com a presença de uma audiência basicamente composta por empresários ali radicados;
- Registe-se, também, o convite dos Alumni Insead de Portugal para realizar, ainda em Angola, uma sessão de trabalhos sobre *corporate governance*, matéria que está a suscitar enorme interesse entre a comunidade empre-



serial angolana; decorrem, ainda, os contactos para fechar o programa que deve ter a sua concretização durante o primeiro semestre de 2015;

- A realização de uma reunião em Maputo com o Instituto de Directores de Moçambique, na qual o Presidente da Direcção do IPCG teve oportunidade de expôr a realidade portuguesa e manifestar o interesse em estreitar os laços existentes entre as duas organizações;
- O reforço das acções conducentes a uma mais eficaz percepção da imagem do IPCG junto ao público, em geral, e dos agentes económicos, em particular, procurando que os termos da colaboração institucional com a CV&A se revistam de uma crescente operacionalidade;
- Finalmente, é com muita satisfação que começamos a recolher os frutos desta política de comunicação que implementámos, não só com os associados do IPCG, mas com o nosso público-alvo em geral, e que se traduz num significativo acréscimo de visitas à página do IPCG na Internet, traduzida por um aumento percentual de cerca de 35%, 26.247 em números absolutos.

## 1.5. Melhoria da eficiência operativa

Os limitados recursos disponíveis impõem, por parte do IPCG, uma gestão muito rigorosa dos seus activos, centrada, basicamente, na melhoria de procedimentos que possibilitam a obtenção de ganhos de produtividade. Tem sido esta a política seguida nos últimos anos e, uma vez mais em 2014, a nossa actividade foi pautada por esta postura. Os esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido da captação de uma base de filiações mais alargada, em particular de sociedades cotadas, tem conhecido algum sucesso, contudo ainda abaixo das metas traçadas. Não obstante, em 2014 aderiram ao IPCG cinco sociedades com dimensão nacional, o que registamos com satisfação.

## 2. Análise Financeira

- O exercício de 2014 apurou um total de receitas com origem na quotização dos seus associados de € 83.750,00, cerca de 6,5% superior ao volume cobrado no exercício anterior, que se tinha cifrado em € 78.625,00;
- Ao montante da quotização acresce uma receita suplementar de € 6.239,51 de donativos recebidos para a atribuição do Prémio Damião de Góis, de direitos de autor associado à concretização da publicação

“A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal” editado por ocasião do 10.º Aniversário do IPCG e juros obtidos de aplicações de excedentes de tesouraria;

- As despesas administrativas evidenciam o valor de € 75.532,45, inferior em 4,5% ao observado no ano anterior, quando avaliado em termos comparáveis;
- O resultado líquido do exercício foi positivo, registando o valor de € 1.271,72; contabilizado este saldo, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de Dezembro de 2014, a cifra de € 56.660,16, que configuram uma situação económica e financeira sólida.
- Nestes termos, propõe-se que o saldo apurado, no valor de € 1.271,72, seja acrescido ao Fundo Social.

Lisboa, 18 de Março de 2015

A Direcção



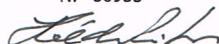
## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2014	31.12.2013
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	868,27	1.392,69
Activos intangíveis	5	1.729,26	3.532,77
		<b>2.597,53</b>	<b>4.925,46</b>
<b>Activo corrente</b>			
Adiantamentos a fornecedores	6-11	90,39	117,46
Estado e outros entes públicos	12	321,45	1.049,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6-7	4.800,00	4.075,00
Outras contas a receber	13	65,69	0,00
Diferimentos	8	2.763,86	2.716,30
Caixa e depósitos bancários	9	57.639,64	53.776,55
		<b>65.681,03</b>	<b>61.735,17</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>68.278,56</b>	<b>66.660,63</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	10	55.388,44	63.036,21
Resultado líquido do exercício	10	1.271,72	-7.647,77
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		<b>56.660,16</b>	<b>55.388,44</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	2.323,46	5.657,12
Estado e outros entes públicos	12	3.089,59	2.091,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	50,00	50,00
Diferimentos	8	65,69	0,00
Outras contas a pagar	13	6.089,66	3.473,32
		<b>11.618,40</b>	<b>11.272,19</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>11.618,40</b>	<b>11.272,19</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>68.278,56</b>	<b>66.660,63</b>

O Técnico Oficial de Contas  
N.º 38933



A Direcção



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

Unidade monetária: Euros

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2014	2013
(+)	Vendas e serviços prestados	6-14	83.750,00	78.625,00
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-58.323,65	-52.416,59
(-)	Gastos com pessoal	16	-17.208,80	-26.550,02
(-/+)	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-2.375,00	-1.325,00
(+)	Outros rendimentos e ganhos	17	6.239,51	1.093,44
(-)	Outros gastos e perdas	18	-8.253,44	-4.415,66
=	<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.828,62</b>	<b>-4.988,83</b>
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-2.327,93	-2.385,58
=	<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.500,69</b>	<b>-7.374,41</b>
=	<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1.500,69</b>	<b>-7.374,41</b>
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4	-228,97	-273,36
=	<b>Resultado líquido do exercício</b>	10	<b>1.271,72</b>	<b>-7.647,77</b>

O Técnico Oficial de Contas  
N.º 38933



A Direcção



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

Unidade monetária: Euros

DESCRICÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundo Social	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2013</b>	10	58.323,85	4.712,36	63.036,21
<b>ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>				
Aplicação de resultados de 2012		4.712,36	-4.712,36	-
		4.712,36	-4.712,36	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			-7.647,77	-7.647,77
<b>POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2013</b>	10	63.036,21	-7.647,77	55.388,44
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2014</b>	10	63.036,21	-7.647,77	55.388,44
<b>ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>				
Aplicação de resultados de 2013		-7.647,77	7.647,77	-
		-7.647,77	7.647,77	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			1.271,72	1.271,72
<b>POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2014</b>	10	55.388,44	1.271,72	56.660,16

O Técnico Oficial de Contas  
N.º 38933



A Direcção

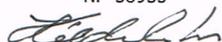


**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		80.715,69	81.675,00
Pagamentos a fornecedores		-66.058,02	-52.682,99
Pagamentos ao pessoal		-16.443,11	-24.720,80
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-1.785,44</b>	<b>4.271,21</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		712,01	-2.739,53
Outros recebimentos/pagamentos		4.936,52	459,93
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>3.863,09</b>	<b>1.991,61</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			-9,99
Activos intangíveis			-5.532,71
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>0,00</b>	<b>-5.542,70</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>3.863,09</b>	<b>-3.551,09</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>		53.776,55	57.327,64
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		57.639,64	53.776,55

O Técnico Oficial de Contas  
N.º 38933



A Direcção



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2014

(Valores expressos em Euros)

## INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto) é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

## NOTA 1 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designado por “NCRF”) e normas interpretativas, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com as NCRF.

### b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

### c) Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os activos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

#### **d) Activos e passivos financeiros**

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

#### **e) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

#### **NOTA 3 - VOLUME DE EMPREGO**

Durante os exercícios de 2014 e 2013 o Instituto Português de Corporate Governance teve ao seu serviço um empregado administrativo.

#### **NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

#### NOTA 5 - MOVIMENTOS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2014

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
<b>Activos</b>		
Saldo inicial	5.514,13	8.582,30
Aquisições	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>5.514,13</b>	<b>8.582,30</b>
<b>Depreciações e amortizações acumuladas</b>		
Saldo inicial	4.121,44	5.049,53
Depreciações e amortizações do exercício	524,42	1.803,51
<b>Saldo final</b>	<b>4.645,86</b>	<b>6.853,04</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>868,27</b>	<b>1.729,26</b>

2013

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
<b>Activos</b>		
Saldo inicial	5.504,14	7.902,72
Aquisições	9,99	679,58
<b>Saldo final</b>	<b>5.514,13</b>	<b>8.582,30</b>
<b>Depreciações e amortizações acumuladas</b>		
Saldo inicial	3.482,75	3.302,64
Depreciações e amortizações do exercício	638,69	1.746,89
<b>Saldo final</b>	<b>4.121,44</b>	<b>5.049,53</b>
<b>Activos líquidos</b>	<b>1.392,69</b>	<b>3.532,77</b>

## NOTA 6 - MOVIMENTOS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Adiantamentos a fornecedores	117,46	-	(27,07)	90,39
Sócios:				
. Jóias e quotas (Nota 14)	17.650,00	83.750,00	(80.650,00)	20.750,00
	<b>17.767,46</b>	<b>83.750,00</b>	<b>(80.677,07)</b>	<b>20.840,39</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Adiantamentos a fornecedores	16,51	100,95	-	117,46
Sócios:				
. Jóias e quotas (Nota 14)	20.775,00	78.625,00	(81.750,00)	17.650,00
	<b>20.791,51</b>	<b>78.725,95</b>	<b>(81.750,00)</b>	<b>17.767,46</b>

A rubrica de “Sócios” pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2014	2013
<b>Jóias e quotas:</b>		
. Ano 2007	1.650,00	1.650,00
. Ano 2008	1.800,00	1.800,00
. Ano 2009	2.175,00	2.175,00
. Ano 2010	3.075,00	3.300,00
. Ano 2011	2.800,00	3.100,00
. Ano 2012	2.150,00	2.550,00
. Ano 2013	2.400,00	3.075,00
. Ano 2014	4.700,00	-
	<b>20.750,00</b>	<b>17.650,00</b>
Imparidade acumulada	<b>(15.950,00)</b>	<b>(13.575,00)</b>
<b>Total</b>	<b>4.800,00</b>	<b>4.075,00</b>

As jóias e quotas relativas aos anos de 2014 e 2013 no valor de 4.700 Euros e 3.075 Euros incluem 50 Euros, relativos a adiantamentos de sócios por conta de quotas futuras.

## NOTA 7 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 15.950,00 Euros e 13.575,00 Euros, respectivamente, considerando a antiguidade das quotas em dívida, tal como segue:

### Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2014:

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Redução	
2007	1.650,00	-	-	1.650,00
2008	1.800,00	-	-	1.800,00
2009	2.100,00	-	-	2.100,00
2010	3.075,00	75,00	(150,00)	3.000,00
2011	2.400,00	400,00	(100,00)	2.700,00
2012	1.300,00	450,00	(100,00)	1.650,00
2013	1.250,00	400,00	(100,00)	1.550,00
2014	-	1.500,00	-	1.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.250,00</b>	<b>2.825,00</b>	<b>(450,00)</b>	<b>15.950,00</b>

### Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2013:

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Redução	
2007	1.950,00	-	(300,00)	1.650,00
2008	2.600,00	-	(800,00)	1.800,00
2009	2.575,00	75,00	(550,00)	2.100,00
2010	2.575,00	1.050,00	(550,00)	3.075,00
2011	2.000,00	800,00	(400,00)	2.400,00
2012	550,00	800,00	(50,00)	1.300,00
2013	-	1.250,00	-	1.250,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.250,00</b>	<b>3.975,00</b>	<b>(2.650,00)</b>	<b>13.575,00</b>

## NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Rendas e alugueres	1.693,42	1.678,92
Conservação e reparação	691,88	691,88
Serviços especializados	348,40	316,73
Seguros	30,16	28,77
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>2.763,86</b>	<b>2.716,30</b>
Direitos de Autor	65,69	-
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>65,69</b>	<b>-</b>

## NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Caixa	107,17	123,43
Depósitos à ordem	12.532,47	8.653,12
Depósitos a prazo	45.000,00	45.000,00
<b>Total dos depósitos bancários</b>	<b>57.639,64</b>	<b>53.776,55</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.639,64</b>	<b>53.776,55</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a dois depósitos a prazo contratados junto do Millennium bcp nos montantes de 30.000,00 Euros e 15.000,00 Euros, remunerados às taxas de juro anual de 2,5% e 0,75%, sendo os seus vencimentos em Outubro e Fevereiro de 2015, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a dois depósitos a prazo contratados junto do Millennium bcp nos montantes de 30.000,00 Euros e 15.000,00 Euros, remunerados às taxas de juro anual de 2,25% e 1,5%, respectivamente, sendo os seus vencimentos em Janeiro de 2014.

## NOTA 10 - FUNDO SOCIAL

O movimento no Fundo Social é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	(9.128,22)
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	(40.479,65)
Constituído no Exercício de 2012	4.712,36
Constituído no Exercício de 2013	(7.647,77)
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>	<b>55.388,44</b>
Resultado líquido do exercício de 2014	1.271,72
	<b>56.660,16</b>

**NOTA 11 - FORNECEDORES – ACTIVO E PASSIVO**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
CTT Correios Portugal	90,39	117,46
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>90,39</b>	<b>117,46</b>
Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.	1.206,31	-
Cunha Vaz & Associados	615,00	615,00
Angulo Sólido Serviços	348,40	316,73
Simbolomania – Artes Gráficas, Lda.	147,60	147,60
Nestlé Waters	6,15	6,15
Edições Almedina, S.A.	-	3.879,76
Readsystem, Lda.	-	691,88
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>2.323,46</b>	<b>5.657,12</b>

**NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ACTIVO E PASSIVO**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Pagamentos por conta	12,00	1.062,27
Retenções na fonte	309,45	260,95
IRC Autoliquidação	-	(273,36)
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>321,45</b>	<b>1.049,86</b>

Descrição	2014	2013
Contribuições Segurança Social	1.371,29	885,60
Retenção IRS Trabalho Dependente	1.063,00	783,00
Retenção IRS Prediais	351,33	347,89
IRC - Autoliquidação	228,97	-
Retenção IRS Trabalho Independente	75,00	75,00
IVA - a pagar	-	0,26
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>3.089,59</b>	<b>2.091,75</b>

**NOTA 13 - OUTRAS CONTAS – ACTIVO E PASSIVO**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Edições Almedina, S.A.	65,69	-
<b>TOTAL VALORES ACTIVOS</b>	<b>65,69</b>	<b>-</b>
Trabalhos especializados	2.616,34	-
Outros custos a pagar (Nota 16)	3.473,32	3.473,32
<b>TOTAL VALORES PASSIVOS</b>	<b>6.089,66</b>	<b>3.473,32</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Trabalhos especializados” corresponde ao valor em dívida à Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda pela contratação de um funcionário em regime de trabalho temporário.

#### NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Quotizações (Nota 6)	83.750,00	78.625,00
<b>TOTAL</b>	<b>83.750,00</b>	<b>78.625,00</b>

#### NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Trabalhos especializados:		
Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.	15.677,58	-
Cunha Vaz & Associados	7.380,00	7.859,70
Angulo Sólido Serviços	4.149,13	3.800,76
Check People Staff, Lda.	387,45	424,35
Edições Almedina, S.A.	-	3.879,76
Rendas e Alugueres	20.205,04	19.722,58
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	3.167,80	9.781,52
Honorários:		
Hélder Pinhão	1.200,00	1.200,00
Rui Magalhães	1.200,00	-
Carla Alexandra Damas	75,00	-
Filipe Costa	-	1.220,00
Mariana Falcão	-	327,44
Comunicação:		
Telefone	643,29	789,14
Correio	578,77	424,02
Rede Móvel	-	20,00
Material de Escritório	1.181,82	1.089,70
Conservação e Reparação	789,50	610,39
Deslocações, Estadas e Transportes	680,04	698,01
Limpeza, Higiene e Conforto	363,22	262,12
Publicidade e Propaganda	319,80	-
Vigilância e Segurança	26,56	12,50
Livros e Documentação Técnica	-	18,00
Outros Serviços	298,65	276,60
<b>TOTAL</b>	<b>58.323,65</b>	<b>52.416,59</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Trabalhos especializados – Egor – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.” corresponde ao custo pela contratação de um funcionário em regime de trabalho temporário.

## NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Remunerações	10.874,13	18.953,68
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	3.473,32	3.473,32
Encargos patronais para a Segurança Social	2.311,61	3.875,40
Higiene, Segurança no Trabalho	231,24	-
Seguro para Acidentes de Trabalho	203,16	247,62
Medicina no Trabalho	61,34	-
Festas Confraternização e Natal	54,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>17.208,80</b>	<b>26.550,02</b>

## NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Prémio Damião Góis	5.000,00	-
Juros obtidos de depósitos	1.012,50	1.043,75
Direitos de Autor	225,24	-
Outros não especificados	1,77	-
Vendas Publicações	-	49,69
<b>TOTAL</b>	<b>6.239,51</b>	<b>1.093,44</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Prémio Damião Góis” corresponde ao valor recebido da Câmara de Comércio Portugal-Holanda e da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa nos montantes de 4.000,00 Euros e 1.000,00 Euros, respectivamente, equivalente ao valor pecuniário do Prémio no âmbito da parceria estabelecida entre aquelas entidades e o Instituto.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Direitos de Autor” corresponde ao valor recebido das Edições Almedina, S.A. das vendas da Obra “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”.

## NOTA 18 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Donativos	5.000,00	40,00
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Impostos	862,04	631,91
Dívidas Incobráveis	375,00	-
Insuficiência da estimativa para impostos	16,40	-
Multas e Penalidades	-	1.743,75
<b>TOTAL</b>	<b>8.253,44</b>	<b>4.415,66</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Donativos” corresponde ao “Prémio Damião de Góis” atribuído à Associação “Mundo a sorrir”.

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante apresentado na rubrica de “Multas e Penalidades” é relativo a coimas aplicadas pelo Instituto da Segurança Social, I.P., por entrega de declarações de remunerações referentes ao período de Março a Agosto de 2011 fora do prazo legal.

#### **NOTA 19 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direcção em 18 de Março de 2015.

#### **NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Desde a conclusão do ano de 2014, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

Lisboa, 18 de Março de 2015

**Técnico Oficial de Contas**



**A Direcção**

